

A Europa Mundo: Vencer o Nacionalismo Identitário

Álvaro de Vasconcelos

Instituto de Estudos de Segurança da UE

Muitos europeus se perguntam qual é o actual grande desígnio da União Europeia. Os pais fundadores da Comunidade Europeia, na memória das terríveis guerras fratricidas que tinham vivido, fizeram da paz entre os Estados europeus a sua razão de ser. Os seus sucessores fizeram intuitivamente, por vezes sem entusiasmo, da democratização do continente, pela via dos alargamentos, um projecto sem paralelo histórico. Ambos foram bem sucedidos, para além de qualquer quimera visionária. A guerra entre os Estados membros da União tornou-se impensável e hoje realizam-se eleições livres de Portugal às fronteiras da Rússia.

Quando a União faz cinquenta anos e o mercado se mundializou, é bom lembrar que o «doce comércio» nunca foi o desígnio, muito menos a ideologia, mas meramente um instrumento. É o modelo europeu de associação de Estados, numa construção assente nos valores fundamentais, que é admirado no mundo. Mas para a União Europeia, mais que para qualquer Estado, o interno é externo. O seu poder de atracção é fruto do que ela foi, e é, capaz de construir entre os europeus, do seu modelo de unidade na diversidade. A nova etapa da construção europeia passa exactamente pela necessidade de aprofundar a diversidade europeia, fazendo de todos os que aqui vivem cidadãos plenos, independentemente das suas crenças religiosas, culturas ou tradições. Só sendo Mundo poderá a União continuar a ser Europa. O alargamento a uma Turquia que consolide a sua democracia é um teste decisivo. Visto dos países de maioria muçulmana, será a prova decisiva de que a União não é um clube civilizacional mas é de facto Mundo. Mas para concretizar esse desígnio, terá de vencer o nacionalismo identitário que corrói as democracias europeias.

As guerras na antiga Jugoslávia mostraram à sociedade que o nacionalismo identitário é a nova grande alternativa à democracia, não só na Europa mas no Mundo. Ele assume diversas formas, mas exige, na sua forma totalitária, uma negação brutal do outro e a rejeição absoluta dos direitos fundamentais, em conjunto com uma enorme capacidade para provocar o sofrimento humano. Foi assim ontem, também, na sua forma extrema de genocídio, no Ruanda, e é hoje, apesar da comunidade internacional ter dito «nunca mais», no Darfur.

Na Europa, o nacionalismo identitário assume formas mais insidiosas. Já não é só apanágio da extrema-direita tradicional, corroendo partidos democráticos e influenciando mesmo a política de alguns governos. A Europa sofreu, nos últimos anos, uma enorme transformação; as suas grandes cidades tornaram-se muito mais cosmopolitas, com as sucessivas vagas de imigração. O Islão é uma grande religião europeia, com mais de 12 milhões de praticantes. Toda essa enorme diversidade é uma enorme riqueza, que contribui para a existência de uma identificação com a União em muitas regiões do Mundo. Mas, esta mudança inexorável encontra oposição em alguns sectores da sociedade europeia e os imigrantes começam a ser apontados como uma ameaça à identidade nacional – e passam mesmo a fazer parte dos conceitos estratégicos de alguns Estados.

O culturalismo, a identificação da democracia com uma dada religião ou cultura e a negação da sua compatibilidade com outras, passa a ser o novo paradigma para explicar divergências e conflitos.

Nos seus cinquenta anos, olhando para o seu futuro, a União necessita não só de reafirmar os seus valores fundamentais, mas sobretudo de lhes dar tradução prática na sua acção, tanto interna como externamente.

Antes de tudo, deve fazer do combate à nova xenofobia uma prioridade, deixando definitivamente de olhar para a imigração como um problema – e muito menos como um problema securitário –, e fazendo dos imigrantes actores plenos da construção europeia e da sua acção internacional. Para isso, a União deverá adoptar o conceito de hospitalidade defendido por Derrida, ou seja, reconhecer o outro não como intrinsecamente diferente mas como igual.

Depois, a União tem de ser capaz de projectar os valores que defende na ordem interna na sua acção internacional. Foi a sua proposta de uma acção internacional assente nos valores e não na política de potência que a tornou num «bem público internacional», para usar a feliz expressão de Celso Lafer. E por isso, hoje, perante o fracasso do unilateralismo armado, bem se pode dizer que afinal Vénus pode triunfar, devendo ser capaz de assumir como seus os grandes problemas globais, sejam os da guerra, da pobreza ou das mudanças climáticas.

Essa política deve começar a materializar-se na relação com os seus vizinhos, do Mediterrâneo e do Leste, a quem a União deve estender a sua política de inclusão democrática, pondo aqui, como o fez na Europa, como desígnio a democracia e fazendo do mercado um instrumento e nunca um fim. Em síntese, olhando para o futuro, e em tempo de comemoração, a União deverá fazer da Europa Mundo o seu novo grande projecto, que tem nos imigrantes, na adesão da Turquia e na inclusão dos vizinhos as suas próximas grandes etapas.